

desaparecem as lagoas interduares e, em período chuvoso, aparecem alagamentos na cidade. Áreas de rara beleza natural, de vegetação nativa e de captação hídrica são, assim, incorporadas à malha urbana ao sul da capital. Natal, totalmente urbanizada, encontra seus limites territoriais ocupados. Com isso, há uma forte tendência a verticalizá-la (fator também influenciado pelo elevado preço dos terrenos na cidade, considerado como dos mais caros do país). Nesse mesmo sentido, Parnamirim se verticaliza, sobrecarregando também a capacidade da infra-estrutura existente. Sem que exista um planejamento metropolitano, ou mesmo intermunicipal, acumulam-se os problemas na região. Como o mercado de trabalho concentra-se na capital e há o crescimento de áreas residenciais para a população de menor poder aquisitivo nos demais municípios da área metropolitana, cresce o movimento de pessoas e o tráfego de automóveis e veículos de transporte público em direção a Natal.

Assim, persistem na cidade, como em várias regiões do estado, vários desequilíbrios. Enquanto a atividade imobiliária – que ganhou fama nos cenários nacional e internacional, atraindo grande número de investidores, tanto no lado da produção quanto no do consumo – se desenvolve, a população local, mais ainda a de pobres, é relegada ao segundo plano e tem de morar em áreas mais afastadas e menos atraentes. Entre os conjuntos habitacionais produzidos na zona Norte, e próximo a eles, têm proliferado os loteamentos e as ocupações irregulares, enquanto, na zona Oeste, têm se consolidado as favelas e, nos bairros mais centrais, as vilas, que formam verdadeiras reservas imobiliárias. Nessas áreas, são graves os problemas de infra-estrutura e de serviços urbanos, segurança, educação, saúde e lazer. E vão, aos poucos, se transformando as tradições urbanas de lugares como a Vila de Ponta Negra e o bairro do Alecrim.

As favelas, as vilas e os loteamentos populares irregulares não contam com sistemáticas políticas públicas urbanas, sociais ou econômicas, de provisão de infra-estrutura e de apoio à geração de emprego e renda, para garantir a melhoria de sua qualidade de vida. Nas comunidades de quilombolas, muitas das quais situadas no semi-árido, as condições de vida são bastante precárias. As comunidades pesqueiras tradicionais sofrem com o avanço do turismo. Pequenas vilas e comunidades assistem à transformação acelerada que trazem os muitos projetos de condomínios horizontais, hotéis, resorts e pousadas. São dezenas de empreendimentos – e há números fabulosos, chegando aos milhares, para a construção de flats e apartamentos residenciais e hoteleiros, anunciados por empreendedores nacionais e internacionais –, que multiplicam em muitas vezes o número de habitações e outros edifícios existentes no local.

Esse contraste entre “dois mundos” define o que se denomina gestão do território neste que é um dos estados mais pobres do país e que, há muito tempo, foi relegado a papel secundário pelas antigas oligarquias nacionais e locais. Antes, era apenas um espaço para a produção agro-exportadora (em particular, do algodão), para isso tendo sido necessária apenas alguma infra-estrutura hídrica e de transporte. As persistentes secas do semi-árido, que ainda predominam em porção considerável do território estadual, assim o requeriam. Nos tempos da SUDENE, o esforço para dotar o estado com algum desenvolvimento urbano-industrial, impulsionou investimentos em eletrificação, sistema viário, telecomunicações e habitação. Com os distritos industriais e a modernização do campo, foram estimuladas a agroindústria, a agricultura irrigada e a mecanização. A infra-estrutura hídrica ganhou novo ímpeto com a instalação de adutoras e, após anos de discussões e estudos, com a polêmica transposição do rio São Francisco, infra-estrutura que, parece, irá beneficiar muito mais o grande e o médio empresariado do que os pequenos produtores. Por fim, não tem havido um esforço consistente para se realizar uma reforma agrária mais abrangente no estado.

Em suma, não são apenas as atividades econômicas relacionadas ao turismo, ao imobiliário, à carnicultura, à fruticultura, entre outros setores, que têm se transformado rapidamente no estado do Rio Grande do Norte e em Natal, nas últimas décadas. Transformam-se também os hábitos, a cultura, a vida social e as paisagens urbana, interiorana e de praias.

Muito do que foi dito acima e muitas outras discussões sobre o Rio Grande do Norte estão contempladas neste volume, de número 2, que tem por subtítulo *O Rio Grande do Norte em foco*. Aqui estão reunidos 29 capítulos, de 41 autores, com base em várias universidades e instituições de

pesquisa do estado. Ele aborda, em particular, a cidade de Natal e a sua região metropolitana. Na apresentação do volume I da coletânea *Globalização e marginalidade*, indicamos ser esta um dos produtos de uma reunião acadêmica realizada em Natal, em setembro de 2005¹. Não se trata, propriamente, da publicação dos artigos apresentados no seminário na forma de anais, pois a maioria dos capítulos que compõem os três volumes dessa coletânea foi produzida após o evento, durante o ano de 2006. Todos os capítulos foram analisados e revisados, alguns várias vezes, incluindo-se a revisão de texto. Todos os autores tiveram a oportunidade de revisar, ainda, eles próprios, os seus respectivos capítulos, depois de diagramados. Indicamos também tratar a coletânea de aspectos múltiplos do que se entende pela palavra *marginalidade* e que a análise, nos capítulos, das situações que ela expressa – nas suas também variadas escalas, dimensões e naturezas – tem como viés o contexto da *globalização* contemporânea.

Neste volume, embora os capítulos estejam dispostos na ordem alfabética dos nomes dos autores, é possível enquadrá-los em dois grandes grupos. No primeiro, estão os que dizem respeito à cidade e ao urbano. Aqui, estão trabalhos sobre favelas, vilas, bairros e o meio ambiente. No segundo, estão os capítulos sobre o desenvolvimento regional, agrário e do mercado de trabalho. Alguns temas, como o desenvolvimento econômico, o mercado imobiliário, o turismo, a identidade e a tradição, a educação, o lazer, a cultura, a desigualdade econômica, a exclusão social e a segregação espacial, são transversais e estão presentes em muitos capítulos. As abordagens são diversas, refletindo, inclusive, o perfil diversificado dos pesquisadores (geógrafos, arquitetos, historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos etc.). A ideia de concentrar todos esses capítulos em um só livro visa torná-lo mais atraente, associando o tema à região e buscando o interesse de um público mais amplo. Em suma, os 29 capítulos que compõem este volume formam um mosaico de textos complementares entre si, que, por sua vez, forma também um todo coeso e harmônico.

Enfim, o livro é testemunha de que o estado do Rio Grande do Norte não apenas possui um número nada desprezível de pesquisadores bem formados e que realizam pesquisas consistentes e relevantes, mas constitui um excelente campo para a pesquisa. É um verdadeiro laboratório de experiências, vivências e situações que requerem o olhar da academia e a atenção do poder público.

Natal, janeiro de 2008

¹ Trata-se do seminário internacional The Global Challenge and Marginalization, organizado por Márcio Moraes Valença, sob os auspícios da União Geográfica Internacional.

GLOBALIZAÇÃO E MARGINALIDADE: o Rio Grande do Norte em foco – uma apresentação

(por Márcio Moraes Valença e Mariana Fialho Bonates)

Tendo por base a cidade de Natal e, crescentemente, a sua região metropolitana, onde se concentram não apenas as estruturas de apoio organizacional dos negócios e suas elites como também o aparato do poder estadual, novas atividades econômicas espalham os seus tentáculos pelas demais regiões do estado do Rio Grande do Norte.

Quando as estruturas de apoio ao turismo de massa, que viriam a dominar a paisagem local mais tarde, começaram a ser estabelecidas – por força de políticas públicas introduzidas pelos governos federal, estadual e municipal –, a partir da década de 1970, em Natal, esta já não era uma cidade justa, muito menos era justo o estado do Rio Grande do Norte. A realidade de pobreza rural e urbana, o subdesenvolvimento e a economia estagnada ou em crise (do algodão, da mineração, do sal, da pecuária de corte e de leite, da cana-de-açúcar, da incipiente indústria) eram o reflexo da pouca competitividade externa, da inadaptação às mudanças de paradigmas tecnológicos, dos efeitos da concorrência, do frágil mercado interno, da incapacidade de investimento, entre outros fatores.

Amenizava a situação da vida econômica do estado – mais fortemente de Natal – a presença maciça, desde a guerra, das Forças Armadas, a instalação das atividades da Petrobras, os muitos empregos públicos, nos três níveis de governo, em particular os da UFRN, com seus mais de 5000 professores e funcionários, e toda a dinâmica comercial inerente. A partir dos anos 1990, surgem a fruticultura, a carcinicultura e o turismo como solução para todos os males. Alguns desses males tiveram seus efeitos diminuídos com a maior circulação de dinheiro (investimentos e salários), dinamizando o comércio e os serviços no estado. No entanto, enquanto a modernização econômica desses setores, com base empresarial, levou ao acirramento das desigualdades sociais, o empresariamento do campo resultou na intensificação da migração para as cidades, e esta no aumento da pobreza urbana.

Destaca-se o caso do turismo, que avança sobre o litoral, consumindo as paisagens de praias, lagoas, dunas e falésias. Embora ele não diga respeito unicamente a Natal, é nessa cidade e na sua região metropolitana que se concentram suas principais estruturas de apoio, como o aeroporto, hotéis, bancos e operadores de várias naturezas. A partir de Natal, explode – no campo do que é hodiernamente chamado *turismo imobiliário* – a procura por terrenos e outros imóveis nas praias do litoral do estado. O turismo avança também sobre o interior, em busca de paisagens exóticas, ancestrais, lúdicas e de aventura. Movimenta um bom número de trabalhadores e outras atividades correlatas – formais e informais (bancos, agências de turismo, hotéis, pousadas, restaurantes, bares, bugueiros, guias, motoristas, enfim vendedores de tudo, inclusive do próprio corpo). Mais importante: estabelece-se com grande vigor um mercado imobiliário de loteamentos, condomínios fechados, hotéis, flats, apart hotéis, chalés, resorts, home service e outras denominações que negocia seus altos preços em euros e em outras moedas estrangeiras. O *marketing* é multilíngue (inglês, italiano, espanhol etc.) e os negócios são fechados através de uma rede de intermediários locais e no estrangeiro. A *internet* está repleta de sites com abundante informação e material publicitário dos empreendimentos. Todos estes definem áreas exclusivas, separadas da malha urbana ou do seu contexto imediato por diversos aparatos de segurança, como cercas eletrificadas, muros etc. O acesso é, assim, duplamente restrito: há imposição de barreiras físicas e econômicas. É disponível

apenas para os de alto poder aquisitivo – no caso, os estrangeiros, os investidores de todo o país, particularmente os de São Paulo, e as elites locais. Isso faz com que certos espaços da cidade – como o bairro de Ponta Negra – tenham se tornado “ilhas”, inacessíveis até mesmo para as classes médias.

Para dinamizar o crescimento urbano e turístico da zona Norte e das praias naquela direção, foi produzida a “Ponte de Todos”, novo cartão-postal, que, devido à sua escala, transformou o forte colonial – mais importante ícone histórico do estado – em um ponto de menor importância na paisagem. Avança, com isso, o mercado imobiliário para o norte, região, há até pouco tempo, de baixa atratividade para esse mercado. E há muitos planos para a expansão viária, a construção de novo aeroporto, de novos resorts, hotéis, campos de golfe, grandes (e mega) empreendimentos residenciais e comerciais etc. Em Natal, a discussão acerca da revisão do Plano Diretor, em 2006-2007, demonstra a vitalidade e o peso desse setor imobiliário. Ele cresce, literalmente, sobre os territórios dos municípios vizinhos, ao norte e ao sul de Natal, beneficiando-se também da legislação urbanística, mais benevolente nesses municípios. Nasce verdadeiras cidades – “Cidade Verde”? – formadas por loteamentos, condomínios fechados e blocos e mais blocos de edifícios de apartamentos.

Para que tudo isso aconteça, o governo do estado e os governos municipais, em particular os dos municípios do litoral oriental, disputam recursos federais e reúnem seus próprios recursos para investimento em infra-estrutura. Por exemplo, em Natal, um jardim se estende do aeroporto ao centro da cidade e por toda a Av. Roberto Freyre, caminho dos turistas aos hotéis de Ponta Negra e da Via Costeira. Nas principais ruas e avenidas da cidade, foi instalada iluminação colorida, predominantemente verde, nas árvores existentes. Não faltam recursos e esforços para a produção de aeroportos, sistemas viários, calçamento, iluminação e embelezamento das áreas mais nobres das cidades, para divulgação e *marketing* externos e para programação e promoção cultural.

Para incrementar o potencial turístico da cidade, a prefeitura passou a investir no centro histórico, em particular na Ribeira, utilizando-se de uma espécie de “planejamento estratégico” sem plano. A idéia é, além do turismo “sol e mar”, de exploração do potencial turístico natural da cidade e do estado, promover, sobretudo em Natal, uma espécie de turismo cultural. As iniciativas voltadas para o bairro da Ribeira, entre as quais se destacam a realização do Seminário Ribeira Velha de Guerra, a revitalização das fachadas da Rua Chile e a primeira Lei de Operação Urbana da Ribeira, remontam à década de 1990. Efetivamente, o processo de revitalização não logrou o sucesso esperado, apesar dos estudos realizados. Em 2007, a Lei de Operação Urbana foi novamente promulgada, em consonância com um conjunto de projetos propostos para a área. Em síntese, através de incentivos fiscais, essa lei estimula a ocupação do bairro, permitindo, inclusive, a adoção de índices urbanísticos diferenciados dos que foram determinados pelo Plano Diretor da cidade. Além disso, os projetos da prefeitura têm incluído a reabilitação de praças e ruas, a elaboração de circuito para pedestre na área histórica, a recuperação de fachadas etc. Muitos projetos já foram executados ou estão em andamento, como a reforma da praça Augusto Severo e do Largo Dom Bosco, transformando-se numa praça única, hoje popularmente chamada de Largo do Teatro, em referência ao edifício eclético, de 1898, do Teatro Alberto Maranhão, e a transformação da antiga Rodoviária Presidente Kennedy – com seu edifício modernista de 1963 – em museu de cultura popular. Ainda no campo das idéias, discutem-se a viabilidade de alguns projetos – de iniciativa pública e também de iniciativa privada – como o da ampliação do porto, da construção da marina e de um terminal pesqueiro e a transformação da antiga casa da “Rampa” em museu. A prefeitura planeja também avançar sua política de reabilitação urbana no centro, no bairro da Cidade Alta e, para discutir uma política própria de intervenção no bairro, realizou, em 2007, o seminário Cidade em Alta.

Por outro lado, o mercado imobiliário – não apenas aquele relacionado ao turismo – se desenvolve velozmente, com isso, comprometendo, inclusive, o meio ambiente. Consome áreas de cobertura vegetal, as praias, as dunas, os rios e os mangues. A degradação ambiental que resulta do crescimento urbano desordenado – ou seja, sem a devida provisão da adequada infra-estrutura – compromete também a qualidade do abastecimento d’água na região. Em muitas áreas urbanas,